

ENTRE PEIRCE E ROCHAT: QUESTÕES CONCERNENTES AO DESENVOLVIMENTO DE AUTOCONSCIÊNCIA NA INFÂNCIA

Danrlei Lopes Souza*

Resumo: Em que etapa do desenvolvimento o ser humano passa a ser consciente de si mesmo? Tal autoconsciência exige uma mediação simbólica? Neste artigo, analisamos o problema da autoconsciência infantil à luz das contribuições de Peirce e Rochat sobre o tema. Fazemos uma reconstrução das ideias de Peirce, tratando do problema das cognições discursivas e intuitivas. Colocamos, então, a tese de que não há autoconsciência nas crianças de pouca idade frente às pesquisas desenvolvimentais de Rochat, que sugerem que existem níveis de estados mentais e de autoconhecimento que atravessam níveis discursivos e não-discursivos da experiência, exigindo uma revisão da tese de Peirce. Ao final, exibimos o caráter intersubjetivo ou social da autoconsciência, que acontece constitutivamente com “outros em mente”.

Palavras-chave: Autoconsciência; Desenvolvimento; Infância; Cognição social.

BETWEEN PEIRCE AND ROCHAT: SOME QUESTIONS CONCERNING THE DEVELOPMENT OF SELF-CONSCIOUSNESS IN CHILDHOOD

Abstract: In which stage of development does a human being become conscious of himself? Does such self-consciousness require symbolic mediation? In this article, we analyze the problem of children's self-consciousness in light of Peirce and Rochat's contributions on the topic. We reconstruct Peirce's ideas, addressing the problem of discursive and intuitive cognitions. We put, then, the thesis that there is no self-consciousness in young children in face of Rochat's developmental research, which suggests that there are levels of mental states and self-knowledge that cross discursive and non-discursive levels of experience, requiring a review of the thesis of Peirce. In the end, we show the intersubjective or social character of self-consciousness, which happens constitutively with "others in mind".

Keywords: Self-consciousness; Development; Infancy; Social cognition.

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço de e-mail: danrleisouza@mail.ufsm.br.

1. Introdução

Durante a história do pensamento ocidental, mais exatamente entre o final do século XIX e meados do século XX, houve uma verdadeira virada na forma de abordar problemas relacionados à fase infantil da vida humana. Se antes, sobretudo com Rousseau, as crianças representavam uma fonte valiosa de *insights* relacionados apenas com a educação, a partir de Darwin elas são consideradas fontes de conhecimento que desvelam os aspectos fundamentais da mente humana (ROCHAT, 2001, p. 5). A vida infantil é, então, concebida como uma fase importante do desenvolvimento do indivíduo, e os eventos acontecidos nessa fase são tidos como decisivos para a vida adulta.

A infância passa a ser estudada não em referência à vida adulta - como uma etapa “menor”, ainda que significativa - mas por si mesma, para a própria compreensão da vida infantil. A grande expressão dessa aproximação se encontra no trabalho de Jean Piaget. Ao observar seus três filhos sistematicamente, publicou obras seminais, como *As origens da inteligência na criança* e *A construção da realidade na criança*, entre muitas outras. Realmente, seu trabalho é paradigmático; quando se fala em estudos da criança, logo se pensa em Piaget, quer como inspiração, quer como crítica.

Apesar de não serem especializados nos estudos sobre a infância, muitos autores e autoras das mais diversas correntes filosóficas esboçaram alguma consideração sobre o tema, ainda que, geralmente, de forma puramente especulativa. É o caso de William James, Martin Heidegger e Merleau-Ponty (o último se destaca, por ter se apoiado fortemente nas contribuições das ciências cognitivas e da psicanálise), por exemplo. James descreve a infância neonatal como tomada por uma confusão agitada (*buzzing confusion*), sendo que não haveria no infante sinais de capacidade de discriminação entre estímulos endógenos e exógenos em função de uma indiferenciação ou fusão do infante com o ambiente (ROCHAT, 2001, p. 31). Heidegger aponta para a necessidade de uma análise do *Dasein* infantil, que possui um “caráter essencialmente histórico” (2008, p. 130), enquanto que Merleau-Ponty produz um ensaio sobre a relação do infante com os outros.¹⁴¹ Uma análise detalhada dessas aproximações transcende as

¹⁴¹ *Les relations avec autrui chez l'enfant*, 1960.

possibilidades do presente artigo, mas suas citações servem de ilustração para a variedade de abordagens da infância.

Recentemente, o teórico Philippe Rochat tem contribuído para uma visão mais completa da experiência infantil, através de abordagens ecológico-enativas da cognição e considerando a dimensão afetiva existente desde os primeiros tempos de vida. Os experimentos que fornecem as informações necessárias para a descrição da experiência de infantes são feitos de maneira sistemática, de forma a controlar a interferência dos adultos, sejam eles cientistas ou mesmo os próprios pais. Como pontua Rochat, “é por admisão de avaliações sistemáticas de respostas comportamentais que obtemos acesso confiável ao que talvez possa ocorrer na mente do bebê: o que eles podem sentir, perceber, ou pensar” (ROCHAT, 2001, p. 10). Produtivo, nesse sentido, é o paradigma experimental da habituação/deshabituação, que parte de um fenômeno pervasivo em infantes: a diminuição de resposta comportamental na medida em que um estímulo é repetido. Além disso, os experimentos de Rochat com crianças têm sido desenvolvidos transculturalmente, a fim de obter uma validação robusta.

O objetivo deste artigo é o de revisar as considerações de Charles S. Peirce sobre a autoconsciência infantil, contidas em seu *Questões sobre certas faculdades reivindicadas para o homem* (1868). A partir de uma reconstrução do argumento e do contexto conceitual no qual esse é construído, avaliamos a possibilidade de uma revisão a partir das pesquisas desenvolvimentais de Rochat que dizem respeito à autoconsciência, a fim de obter uma sólida tematização do problema. Por fim, poderemos vislumbrar os caracteres que formam a experiência do infante de si mesmo com um elemento intersubjetivo importante.

2. A consideração de Peirce sobre a autoconsciência na infância

2.1. Kant e a autoconsciência na infância

Immanuel Kant, em seu *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, é categórico ao afirmar a característica autoconsciente do ser humano. “Que o ser humano possa ter o eu em sua representação, eleva-o infinitamente acima de todos os demais seres que vivem na terra” (KANT, 2006, p. 27). A despeito do juízo de valor feito ao

considerar o ser humano superior por ter a faculdade de representar a si mesmo, há uma indicação de uma característica marcante de nossa espécie. Devido a essa faculdade, segue Kant, o ser humano pode conceber-se como sendo ele mesmo, ainda que sejam operantes modificações ao longo do tempo.

Mas o filósofo chama a atenção para um fato curioso. Apesar dessa característica humana essencial, na criança haveria uma demora para que se comece a usar o pronome “eu”, como referência a si.

Mas é notável que a criança que já sabe falar suficientemente bem comece no entanto bastante tarde a falar por meio do eu (talvez bem depois de um ano), tendo até então falado de si na terceira pessoa (Carlos quer comer, andar etc.), e uma luz parece se acender para ela, quando começa a falar por meio do eu: a partir desse dia nunca mais volta a falar daquela outra maneira. - Antes simplesmente *sentia* a si mesma, agora *pensa* em si mesma. - A explicação desse fenômeno poderá custar bastante ao antropólogo (KANT, 2006, p. 27).

Realmente, o uso do pronome “eu” tarda a aparecer durante o desenvolvimento da criança, assim como as capacidades de linguagem e manipulação simbólica. Interessante é a nota de que o infante se refere a si na terceira pessoa. Essa passagem se relaciona com evidências empíricas desenvolvimentais recentes; ao reconhecer-se no espelho a partir dos dezoito meses de idade, o “eu” identificado na imagem especular é enigmático e ambivalente, sendo uma imagem do eu como um outro, no que é chamado de “dilema eu-mas-não-eu” (*Me but not Me dilemma*) (ROCHAT, 2009, p. 99). O caso de Jacqueline, apresentado por Piaget, ilustra muito bem a situação; a criança, perguntada sobre quem está na fotografia - *Quem é esta?* - responde por vezes “eu” ou “Jacqueline”, oscilando entre os usos em primeira e terceira pessoa (PIAGET, 1962, pp. 224-225). Por fim, Kant refere-se à passagem do eu corporificado (*embodied self*) para o eu conceitual, em que a criança experimenta a si mesmo não apenas em termos de propriocepção, mas também em termos representacionais. Esse tema é caro para a presente discussão e será retomado posteriormente.

O uso do pronome “eu” depende da aquisição de linguagem, que só atinge desdobramentos significativos a partir dos dezoito meses de idade. Contudo, é só aos quatro anos de idade, pelo menos, que o infante deixa de apresentar uma confusão

fundamental frente à sua imagem reproduzida ou refletida. Ainda assim, Kant parece ter razão ao fato de que a representação do eu tarda a surgir.

2.2. Peirce e a autoconsciência na infância

Peirce situa suas considerações sobre a infância na investigação sobre cognições intuitivas. A distinção é simples: existem cognições que são juízos e possuem caráter discursivo, e cognições que não são juízos, que são dadas de forma imediata na consciência, não sendo conduzidas discursivamente. Essas últimas devemos compreender como sendo intuições. Cognições intuitivas, então, não seriam determinadas por juízos prévios, mas sim pelo próprio objeto transcendental, ou seja, por aquilo que de imediato é visado. O desafio é demonstrar se há no espírito humano a faculdade de distinguir cognições intuitivas de cognições mediatas. Segundo Peirce, “não há prova de que tal faculdade exista, a não ser que sentimos possuí-la” (1980, p. 62).

Três exemplos dados por Peirce são interessantes para ilustrar seu ceticismo com relação à existência da faculdade de distinção dos tipos de cognição assinalados, enfatizando que há apenas uma sensação de que ela existe. O primeiro diz respeito ao sonho: há a impressão de que não haja mediatização na experiência de sonhar, sobretudo em sonhos vivazes, mas, segundo Peirce, “acredita-se que os sonhos são determinados pelas leis de associação de ideias etc, ou seja, por cognições prévias.” Tais cognições prévias fariam parte, talvez, do inconsciente do indivíduo que sonha, e portanto o sonho teria bases anteriores, sendo mediatizado. O segundo diz respeito à terceira dimensão do espaço: acreditava-se que era imediatamente intuída, quando ao tempo de Peirce seria consenso que tal é conhecida por inferência. Realmente, a descoberta - ou redescoberta - da terceira dimensão remete ao Renascimento. Brunelleschi teria sido pioneiro na adoção da perspectiva linear na arte da pintura, ao trabalhar com experimentos científicos que consideravam, talvez pela primeira vez, a

terceira dimensão espacial.¹⁴² O terceiro exemplo é o do ponto cego da retina, que só é conhecido a partir do exercício de experimentos, de modo que só daí se pode inferir sua existência, ainda que esteja sempre aí em nossa experiência visual.

Nesse contexto de discussão, Peirce avança e levanta a questão sobre se temos uma autoconsciência intuitiva, ou seja, se há uma experiência de si que não é mediatizada discursiva ou conceitualmente. O uso do conceito de autoconsciência não deve ser entendido nem no sentido da consciência em geral, nem de um senso interno, tampouco como apercepção pura. Não seria um “sentimento das condições subjetivas da consciência”, nem uma “auto-asserção do ego”, mas uma “reconhecimento do meu eu privado”, ou seja, um conhecimento de si, saber que “eu existo” (1980, p. 64).

É nessa etapa da argumentação que Peirce introduz o tema da autoconsciência infantil, afirmando que “não se vê autoconsciência nas crianças de pouca idade”; fazendo menção a Kant, afirma que o “uso tardio da palavra ‘Eu’ denota uma ‘consciência’ imperfeita” (1980, p. 64). A proposição é forte. Mais adiante, aponta que a ignorância e o erro distinguem o eu privado da apercepção pura, de modo que quando se tem autoconsciência, já se tem consciência de quando são ignorantes de algo ou erram sobre algo, enfatizando um caráter reflexivo. Quando adquirida essa faculdade, as crianças “inferem daí a sua existência como pessoas” (1980, p. 65).

Encerra-se a análise sobre a possível característica intuitiva da autoconsciência com a avaliação de um argumento (p. 65).

O único argumento a favor da existência de uma autoconsciência intuitiva é o seguinte. Não há fato de que estejamos mais certos que nossa própria existência; uma premissa não pode fazer com que uma conclusão seja mais certa que ela; assim, a nossa existência não pode ter sido inferida de qualquer outro fato.

Peirce admite a primeira premissa do argumento, mas recusa a afirmação de que a existência não tenha sido inferida de qualquer outro fato. Ao conceber-se como uma pessoa, o indivíduo está inferindo de alguns fatos de que ela é uma pessoa, e que é *aquela pessoa* em particular, de modo que há mediatização discursiva, segundo o

¹⁴² Uma explicação pormenorizada da “descoberta” da perspectiva pode ser encontrada em FEYERABEND, P. Brunelleschi and the invention of perspective. In: *The Conquest of Abundance*; Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

filósofo, na consciência de si. Conclui-se que “não há necessidade de supor uma autoconsciência intuitiva, pois ela pode resultar de inferência” (p. 66).

A partir dessas conclusões, é notável uma das faces do anticartesianismo de Peirce, que rejeita o paradigma de uma autoconsciência monológica que é dada intuitivamente. Com a crítica à introspecção, Peirce destaca o caráter dialógico da atividade de pensar e da concepção de si. O conhecimento de si depende de nossos co-agentes sociais, e não é algo com o qual já nascemos, mas é adquirido durante o desenvolvimento (USLUCAN, 2004, p. 98).

Ao pensar a autoconsciência como sendo algo inferido ou mediatizado discursivamente, entende-se o porquê da afirmação de que crianças de pouca idade não possuem autoconsciência. Seria necessário a aquisição de linguagem para tal, o que vem apenas em certa etapa avançada do desenvolvimento infantil. Contudo, seria a discursividade o marco da autoconsciência? O que sabemos de nós mesmos é dado apenas de maneira inferencial ou representacional? Uma revisão a partir dessas questões pode ajudar-nos a obter respostas sobre a natureza da autoconsciência infantil.

3. Philippe Rochat: desenvolvimento de autoconsciência

O conceito de consciência é amplo. O uso da palavra é tão diverso quanto podemos imaginar, aparecendo de diversas formas nas mais variadas correntes filosóficas. Rochat chama de *C word*, uma palavra evitada por sua semântica complicada (ROCHAT, 2009, p. 43). A fim de clarificar o sentido dessa palavra, e com o propósito de investigar o fenômeno da autoconsciência, Rochat propõe uma distinção entre diversos níveis de estados mentais autorreflexivos.

Partindo da ausência completa de consciência, até sua forma mais complexa, Rochat faz a distinção entre seis níveis: (1) não-consciência, (2) inconsciência, (3) consciência implícita (*awareness*), (4) consciência implícita conjunta (*co-awareness*), (5) consciência explícita (*consciousness*), e (6) consciência explícita conjunta (*co-consciousness*).

3.1. Níveis de estados mentais

Existem acontecimentos diversos se desdobrando agora, dos quais não estou consciente. Eu *sei* que existem, ainda que não os experimente. Neste momento em que escrevo este artigo, milhões de neurônios estão disparando impulsos no meu sistema nervoso, ainda que não os sinta enquanto tal, mas apenas como pensamentos ou respostas comportamentais. De fato, na maior parte do tempo não somos conscientes dos fenômenos biológicos que ocorrem nos nossos corpos. Esses exemplos descrevem o estágio (1), que é o de total não-consciência, de ausência de fenomenalização.

Ainda que possua alguns traços semelhantes com o nível (1), o nível (2), de inconsciência, é bastante distinto, de modo que ele pode vir a ser um estado consciente ou explícito através de um método interpretativo adequado. Esse fenômeno foi extensamente descrito por Freud em sua psicanálise, como uma estrutura constituinte da personalidade e da vida mental em geral. Certos fatos de nossa vida passada, por exemplo, podem determinar certas escolhas e decisões atuais, manifestando-se de uma maneira implícita.

A consciência implícita (3) é de ordem pré-conceitual, não-inferencial. É o estado no qual, por exemplo, estamos conscientes de que estamos vivos em um corpo senciente no mundo, para usar um exemplo fenomenológico (ROCHAT, 2009, p. 47). É uma consciência não no sentido de saber que se está consciente, pois é pré-reflexiva. Além disso, há uma consciência implícita conjunta (4), isto é, uma consciência implícita de que se está no mundo com outros indivíduos sencientes. Ainda que alguém não esteja prestando atenção em outro alguém, há uma vaga consciência de que se está entre outras pessoas. Heidegger descreve esse fato a partir da estrutura do ser-com, ao colocar que nosso encontro com o mundo é sempre dado com outros pré-conceitualmente.

O estado de consciência explícita (5) é um estado mental marcadamente reflexivo, em que se sabe o que se sabe. É explícito, inferencial, e apresenta-se em termos de representações mentais. Nesse estado, as experiências não são mais transparentes como em (3) e (4), mas opacas e objetificadas. Você passa pelas portas de sua casa sem estar consciente de que o está fazendo, no sentido de que não está tematizando esse ato. Mas, ao pensar sobre cada palavra que deve ser escrita no artigo, você torna isso explícito através de representações ou palavras. Já na sua forma conjunta (6), a consciência explícita designa o estado mental em que não só se sabe o que se

sabe, mas se sabe o que se sabe em compartilhamento com outras pessoas, sendo tal conhecimento coletivo, não individual como em (5). Rochat ilustra essa concepção através de um exemplo interessante: a consciência individual é *corpórea*, no sentido de que se encerra na morte do indivíduo. Mas a consciência coletiva transcende, sobrevive apesar da morte do indivíduo, e concretiza-se através da cultura e das instituições. Nesse sentido, o objeto mental da consciência explícita conjunta é “a interface entre o indivíduo e outros indivíduos com quem se compartilha a experiência de ser no mundo” (ROCHAT, 2009, p. 54).

A dinâmica desses estados mentais é complexa, não sendo estes âmbitos da consciência que operam de forma separada, fixa e bem delimitada. Em nossa vida mental, estamos constantemente transitando entre eles (ROCHAT, 2009, p. 56). Assim, compreendemos os estados de consciência não como sendo constituídos de dois pólos opostos, de total não-consciência e consciência explícita. Dessa forma, é possível compreender cada estágio do desenvolvimento de autoconsciência na infância, de modo que do fato de que um infante não possui capacidade linguística não se pode inferir que não há uma *certa* autoconsciência, nomeadamente, uma consciência implícita ou corpórea.

Realmente, apesar de não haver autorreconhecimento em imagens especulares antes dos dezoito meses de idade, o infante possui um certo conhecimento de si, no sentido de que percebe a si mesmo como uma entidade diferenciada do mundo (ROCHAT, 2001, p. 29). Tal caracterização é apreendida pelo conceito de *self ecológico*. O senso ecológico não implica autoconsciência explícita, mas implícita, na medida em que o infante se situa no ambiente e interage com ele. Pelo menos a partir dos três meses de idade, infantes passam a ter propriocepção, sendo “implicitamente conscientes de seus próprios corpos como entidades dinâmicas e complexamente organizadas com características particulares” (ROCHAT, 2001, p. 44; ROCHAT et al., 1997).

3.2. Níveis de autoconsciência

A pergunta que resta é a seguinte: como ocorre o desenvolvimento de autoconsciência na infância? Os estudos sobre a emergência de autoconsciência se

concentram em experimentos que envolvem a imagem do infante no espelho (BERTENTHAL & FISHER, 1978, p. 44). Rochat apresenta seis níveis de autoconsciência a partir do experimento paradigmático do espelho, que consiste em posicionar o infante, com um adesivo colado em sua testa, de frente a um espelho; se ele dirige a mão ao adesivo, há um sinal de que possui uma certa percepção de si. Desse modo, há uma ligação com os níveis de estados mentais, na medida em que os primeiros estágios se dão implicitamente, enquanto que os últimos se dão explicitamente (ROCHAT, 2003, p. 719).

No nível 0, não há nenhuma percepção de si ou autoconsciência frente ao espelho, sendo a imagem especular confundida com a realidade do ambiente que ela reflete. Esse é o caso de diversos animais, como os pássaros, que frequentemente colidem com prédios cujas fachadas são cobertas por vidro espelhado. O espelho seria percebido erroneamente como uma extensão do ambiente. No nível 1 apresenta-se o estágio de *diferenciação*, em que o indivíduo percebe a imagem no espelho como um reflexo do ambiente. Com respeito ao reflexo de si, há nesse estágio a percepção de uma “perfeita contingência entre os movimentos que são vistos e sentidos” (ROCHAT, 2003, p. 720). No nível 2, de *situação*, o indivíduo explora a ligação intermodal entre os movimentos vistos na imagem especular e os movimentos sentidos em sua propriocepção. Há uma exploração de como seu corpo se relaciona com o reflexo, sendo esse nível caracterizado pelo surgimento dos primeiros sinais de uma orientação contemplativa do reflexo de si. Não há confusão: o indivíduo tem noção de que aquilo que aparece na imagem do espelho corresponde a ele mesmo, de modo que é expressa uma noção de que sua imagem que é refletida está espacialmente situada em relação ao corpo, o que corresponde a um *self* situado. Todos esses níveis, do 1 ao 2, são dados perceptivamente, sendo experimentados de forma implícita pelo indivíduo.

A partir do nível 3, a experiência do espelho se torna explícita. O indivíduo manifesta reconhecimento e identifica a si mesmo. Esse nível é expresso pelo experimento do espelho, quando a criança leva a mão ao adesivo colado em sua testa ao visualizá-lo em seu reflexo. Há uma referência da imagem especular como correspondendo ao seu corpo. Para além de um *self* situado, há um *self identificado*; aquela imagem no espelho *sou eu*. No nível 4, há um senso de permanência; o infante pode identificar-se em fotos

e vídeos do passado, vestindo roupas diferentes e estando em diferentes locais, etc. Nesse caso, um self apresenta-se como uma entidade que é representada como invariante apesar das mudanças que ocorrem durante o tempo. No nível 5, finalmente, há uma autoconsciência explícita propriamente dita. O self é reconhecido não só a partir de uma perspectiva em primeira pessoa, mas também em terceira. Nesse sentido, há uma representação do que o indivíduo é aos olhos dos outros, projetando expectativas de como se é percebido e avaliado intersubjetivamente.

Posto isso, é necessário analisar de que forma essas etapas, ou o que elas apontam, aparecem no desenvolvimento infantil. Aos dois meses de idade, o infante já possui um self situado, em que ele experimenta-se enquanto situado em relação com outras entidades no ambiente. É a expressão do self ecológico. O ambiente, segundo a noção ecológica de experiência, possui *affordances*, ou possibilidades de ação ou cognição, com relação a um agente cognitivo. Nesse sentido, o infante procura alcançar um objeto que se apresenta próximo de si, expressando no ato uma coordenação entre olhos e mão (ROCHAT, 2003, p. 724). A autoconsciência permanece *implícita*, no sentido de que é expressa através da ação e da percepção, e não por via simbólica. É somente por volta dos 18 meses de idade que há o fenômeno da identificação na frente do espelho, acompanhado de um senso de si conceitual ou representacional.

A autoconsciência, dentro da teoria de Rochat, nunca escapa de um elemento intersubjetivo. Ela ocorre “com outros em mente” (ROCHAT, 2009, p. 2). Nesse sentido, o self conceitual (NEISSER, 1988) ou representacional do indivíduo é co-construído socialmente. Importante é o experimento do espelho efetuado com modificações por Rochat (2012). Na condição clássica do experimento, é colocado um adesivo na testa do infante, que por sua vez é posicionado na frente de um espelho. Na condição *normativa* do experimento, não só o infante tem um adesivo colocado na testa, mas também o cientista condutor do experimento e os pais. Nessa condição, os resultados são surpreendentes. Ao notar o adesivo, os infantes expressam hesitação para retirá-lo de sua testa. Desse modo, levanta-se a hipótese de que quando o infante tem sucesso no experimento de autorreconhecimento no espelho, ele o faz socialmente, pois há um elemento intersubjetivo normativo atrelado ao fenômeno.

Considerações finais

Como mostrado no início do presente artigo, temos hoje maiores possibilidades de conhecimento sobre os aspectos da experiência infantil, visto que os meios de obtenção de informação se tornam cada vez mais sofisticados. Contudo, isso não retira o mérito de autores e autoras do passado que buscaram conhecer melhor os aspectos da vida da criança, ainda que, porque presos à sua época, não puderam obter maiores conhecimentos. Esse é o caso de Peirce, cujos insights se mostram profundos e atuais.

A análise das teorias contemporâneas de Rochat mostram que não se pode inferir que não há autoconsciência no infante que não possui capacidade linguística. Existem aspectos corpóreos e sociais da cognição que se apresentam como uma consciência implícita de si desde os primeiros tempos de vida. Para Peirce, o corpo “é a coisa mais importante do universo” para a criança (PEIRCE, 1980, p. 64), e as aproximações ecológico-enativas da cognição conduzidas por Rochat vão também nessa direção.

Apesar das discordâncias com relação à autoconsciência, Rochat e Peirce parecem concordar com o aspecto intersubjetivo importante no conhecimento de si. Para Peirce, a construção de significado é um processo inevitavelmente social, e portanto também os significados que atribuímos a nós mesmos. O “self semiótico” de Peirce é um agente comunicativo, é o self de um ser “em uma comunicação interna com si mesmo e em uma comunicação externa com outros seres: como um agente trocando signos” (USLUCAN, 2004, p. 103). Para Rochat, o conceito de self enquanto self, isto é, enquanto objeto de pensamento e representação, emerge da integração entre perspectivas em primeira e terceira pessoa (ROCHAT, 2009, p. 11). Desse modo, há um encontro no pensamento de que a autoconsciência explícita é uma via de mão dupla entre o mundo interno subjetivo e o mundo externo intersubjetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTENTHAL, B.; FISHER, K. Development of self-recognition in the infant. *Developmental psychology*, v. 14, pp. 44-50, 1978.

- HEIDEGGER, Martin. **Introdução à filosofia**. Trad. Marco Antonio Casanova. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **The primacy of perception**. Trad. James Edie. Northwestern University Press, 1964.
- NEISSER, Ulrich. Five Kinds of self-knowledge. **Philosophical Psychology**, v. 1, pp. 35-59.
- NEISSER, Ulrich. Two perceptually given aspects of the self and their development. **Developmental Review**, vol. 11, pp. 197-209, 1991.
- PEIRCE, Charles. Questões sobre certas faculdades reivindicadas para o homem. In: ____ PEIRCE, Charles; FREGE, Gottlob. **Escritos coligidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).
- PEIRCE, Charles. **The collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- PIAGET, Jean. **Play, dreams and imitation in childhood**. New York: Norton, 1962.
- ROCHAT, Philippe. (org.) **Early social cognition: understanding others in the first months of life**. London; New York: Psychology Press, 2014.
- ROCHAT, Philippe. Five levels of self-awareness as they unfold early in life. **Consciousness and cognition**, v. 12, pp. 717-731, 2003.
- ROCHAT, Philippe. **Others in mind: social origins of self-consciousness**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- ROCHAT, Philippe. (et al.). Social awareness and early self-recognition. **Consciousness and cognition**, vol. 21, n. 3, pp. 1491-1497, 2012.
- ROCHAT, Philippe. **The infant's world**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- ROCHAT, Philippe.; ZAHAVI, Dan. The uncanny mirror: A re-frame of mirror self-experience. **Consciousness and cognition**, v. 20, n. 2, pp. 204-213, 2010.
- ROCHAT, Philippe. (et al.). Young infants' sensitivity to movement information specifying social causality. **Cognitive development**, v. 12, n. 4, pp. 537-561, 1997.
- SANTAELLA, Lucia. **Mente e/ou consciência em C. S. Peirce**. **Cognitio**, v. 17, n. 1, pp. 119-130, 2016.

USLUCAN, Haci-Halil. Charles Sanders Peirce and the semiotic foundation of self and reason. **Mind, culture and activity**, v. 11, n. 2, pp. 96-108, 2004.